

# Terreiros socioprodutivos quilombolas do Marajó (PA): estratégias de resiliência e Soberania e Segurança Alimentar

*Quilombola socio-productive terreiros in Marajó (PA): resilience strategies and food  
sovereignty and security*

*Terreros socioprodutivos quilombolas en Marajó (PA): resiliencia y estrategias de  
seguridad y soberanía alimentaria*

José Felipe Rodrigues da Costa

Monique Medeiros

Flávio Barros

## Resumo

Os quintais agroflorestais são espaços que permitem a combinação de cultivos e a criação de pequenos animais. Na Amazônia, os quintais têm particularidades, aliam hábitos culturais e diversidade produtiva. Na comunidade quilombola de Vila União/Campinas, esses espaços são popularmente chamados de terreiros. Este artigo tem como objetivo descrever a contribuição dos terreiros socioprodutivos para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com especial atenção ao envolvimento das mulheres no desenvolvimento desses espaços. A construção dos dados que embasam as análises se deu entre abril de 2021 e junho de 2022 e respaldou-se, na pesquisa bibliográfica, para contextualizar a realidade a ser pesquisada, na observação participante e em entrevistas semiestruturadas, com o intuito de ouvir as famílias quilombolas e compreender suas dinâmicas socioprodutivas. O uso do diário de campo, registro fotográfico complementam esses instrumentais. Foram envolvidas nessa pesquisa 18 mulheres quilombolas. Foi verificada a predominância do trabalho feminino; as mulheres são as principais responsáveis pelos manejos realizados, como também quanto à escolha do que é cultivado. Nos 18 terreiros visitados, encontrou-se 45 espécies frutíferas, 38 espécies medicinais, além da criação de galinhas, patos e porcos. Esses terreiros evidenciam-se como espaços biodiversos que contribuem significativamente com a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional das famílias quilombolas. Ademais, esses espaços se materializam como territórios de socialização de conhecimentos ancestrais, de cuidados com a saúde das famílias quilombolas e de lazer e contemplação.

*Palavras-chave:* quintais agroflorestais; Amazônia marajoara; segurança e soberania alimentar; diversidade socioprodutiva; comunidades quilombolas.

## Abstract

The agroforestry backyards are spaces that allow the combination of crops and the creation of small animals. In the Amazon, backyards have particularities, combining cultural habits and productive diversity. In the quilombola community of Vila União/Campinas, these spaces are popularly called

terreiros. This article aims to describe the contribution of socio-productive yards to ensuring Food Sovereignty and Security, with special attention to the involvement of women in the development of these spaces. The construction of the data on which the analyzes are based took place between April 2021 and June 2022 and was based on bibliographical research to contextualize the reality to be researched, on participant observation and on semi-structured interviews, with the aim of listening to families. quilombolas and understand their socio-productive dynamics. The use of a field diary and photographic record complement these instruments. Eighteen quilombola women were involved in this research. The predominance of female work was verified; women are primarily responsible for the management carried out, as well as for the choice of what is cultivated. In the 18 terreiros visited, 45 fruit species, 38 medicinal species were found, in addition to raising chickens, ducks and pigs. These terreiros are evidenced as biodiverse spaces that contribute significantly to guaranteeing Food and Nutrition Security and Sovereignty for quilombola families. Furthermore, these spaces materialize as territories for socializing ancestral knowledge, health care for quilombola families, and leisure and contemplation.

*Keywords: agroforestry backyards; marajoara amazon; food sovereignty and security; socioproductive diversity; quilombola communities.*

### Resumen

Los traspatios agroforestales son espacios que permiten la combinación de cultivos y la creación de pequeños animales. En la Amazonía, los traspatios tienen particularidades, conjugando hábitos culturales y diversidad productiva. En la comunidad quilombola de Vila União/Campinas, estos espacios son popularmente llamados terreiros. Este artículo tiene como objetivo describir la contribución de los patios socioproductivos para garantizar la Soberanía y Seguridad Alimentaria, con especial atención al involucramiento de las mujeres en el desarrollo de estos espacios. La construcción de los datos en los que se basan los análisis se llevó a cabo entre abril de 2021 y junio de 2022 y se basó en una investigación bibliográfica para contextualizar la realidad a investigar, en la observación participante y en entrevistas semiestructuradas, con el objetivo de escuchar a las familias. quilombolas y comprender su dinámica socioproductiva. El uso de un diario de campo y un registro fotográfico complementan estos instrumentos. Dieciocho mujeres quilombolas participaron en esta investigación. Se constató el predominio del trabajo femenino; las mujeres son las principales responsables del manejo que se lleva a cabo, así como de la elección de lo que se cultiva. En los 18 terreiros visitados se encontraron 45 especies frutales, 38 especies medicinales, además de crianza de gallinas, patos y cerdos. Estos terreiros se evidencian como espacios biodiversos que contribuyen significativamente a garantizar la Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional de las familias quilombolas. Además, estos espacios se materializan como territorios de socialización de saberes ancestrales, atención a la salud de las familias quilombolas, y esparcimiento y contemplación.

*Palabras claves:* traspatios agroforestales; marajoara amazona; seguridad y soberanía alimentaria; diversidad socioproductiva; comunidades quilombolas.

## Introdução

A ilha do Marajó, maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, localiza-se no extremo norte do Estado do Pará, na foz do Rio Amazonas e abrange uma área com cerca de 49.000 km<sup>2</sup>. Desse Arquipélago fazem parte 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (SETUR, 2010).

A ocupação do Marajó se deu, primeiramente, por povos indígenas, que posteriormente enfrentaram a colonização com a chegada de Portugueses. Resultante disso, uma nova organização geográfica do espaço foi sendo construída. O território também conta com a presença marcante e importante de negros escravizados. Além disso, esse histórico é marcado por uma nova organização social, consequência de processos socioeconômicos da segunda metade do século XX (GONÇALVES et al., 2015).

Os movimentos de organização de quilombos mobilizado por negros e indígenas correspondiam a mais de 80% da população e tiveram o seu auge nos séculos XVIII e XIX. Esses grupos vivem, desde a sua primeira forma de organização, situações semelhantes relacionadas à perda de seus territórios de pesca, de extrativismo e de produção agrícola, para além do abandono público sem acesso a direitos básicos (ZUKIN, 2000).

Historicamente, essas populações foram excluídas de processos hegemônicos de desenvolvimento no território, sofrendo consequências significativas, como dificuldade de acesso à educação, saúde, trabalho, renda e conseqüentemente a alimentação. O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil demonstrou que a fome tem cor. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a chefe da família se autodeclara branca, nos lares com responsáveis de raça/cor preta ou parda ela cai para 35%. Sendo assim, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas estão convivendo com alguma ausência de alimentos.

Dentro desse aspecto a diferença na comparação entre os lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres, foi identificado um aumento em relação ao último inquérito realizado pela rede. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%.

Entretanto, ainda em meio a esses desafios com os quais se deparam, essas populações seguem na construção de estratégias de resiliência. Como tais estratégias, Barbosa (2014) menciona a constituição de um sistema econômico baseado nos múltiplos usos dos recursos naturais, como o extrativismo vegetal, caça, pesca, criação de animais de pequeno porte e áreas

de cultivo visando seu autoconsumo e trocas mercantis. Tais estratégias desencadeiam dinâmicas territoriais com significativa influência de práticas e conhecimentos ancestrais.

No contexto Marajoara Paraense da comunidade de Vila União/Campinas, no município de Salvaterra, é comum encontrar quintais agroflorestais como uma dessas estratégias. Os quintais são ali configurados como sistemas tradicionais de uso da terra, nos quais há envolvimento direto do trabalho feminino. Nesses sistemas, conhecidos nessa comunidade como terreiros, e identificados, doravante neste artigo, dessa forma, há diferentes espécies de plantas cultivadas, e, por vezes, animais sendo criados. Além disso, caracterizam-se como espaços próximos às moradias e pelo potencial fornecimento de alimentos durante todo o ano, em muitos casos, esses terreiros promovem o sustento alimentar e financeiro de várias famílias (GALLUZZI *et al.*, 2010).

Justamente com a atenção direcionada a importância desses terreiros para o contexto quilombola marajoara de Salvaterra, este artigo tem como objetivo descrever a contribuição desses espaços para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade Vila União/Campinas, com especial atenção ao envolvimento das mulheres no desenvolvimento desses terreiros.

Para tanto, para além desta introdução, este artigo é composto por mais quatro itens. O primeiro aborda os caminhos metodológicos percorridos para a execução da pesquisa, bem como a escolha dos materiais e métodos utilizados e uma contextualização da realidade municipal. O segundo é um item teórico que aborda a perspectiva de alguns autores sobre os temas aqui abordados, em especial os conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e terreiros socioprodutivos. O terceiro apresenta os resultados encontrados em campo e uma análise a partir dos referenciais teóricos. Neste item, é possível compreender a importância dos terreiros socioprodutivos na alimentação, renda e socialização dos atores envolvidos. E, por último, as considerações finais, que colocam em destaque os terreiros como expressiva fonte de alimentação e garantia de soberania alimentar para famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Salvaterra.

## As escolhas metodológicas

Com vistas a alcançar o objetivo deste trabalho, e de forma a conhecer melhor essas mudanças, os percursos metodológicos que guiaram a construção de dados se deram entre abril de 2021 e junho de 2022. Inicialmente, foram realizadas pesquisas bibliográficas, fundamentalmente de fontes eletrônicas, periódicos e artigos acadêmicos, as quais foram

encontradas, principalmente, na plataforma Google Acadêmico. Os principais descritores para as buscas foram somente em português, tais como: quilombolas do Marajó, quintais agroflorestais, Segurança Alimentar e produção quilombola.

Na sequência, para a construção de dados de campo, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado (o que se encontra no Apêndice I). A escolha dos atores sociais a serem entrevistados se deu com base em um critério chave: ser a principal pessoa do núcleo familiar envolvida com os cuidados do terreiro. A técnica *Snowball* (BIERNACKI e WALDORF, 1981) garantiu que uma diversidade de atores sociais fosse envolvida na pesquisa. Esta técnica é utilizada tipicamente em investigações sociais e consiste em definir uma amostra não probabilística (VINUTO, 2014).

Nessa etapa, 18 mulheres foram entrevistadas nos seus terreiros. A faixa etária das entrevistadas está entre 36 e 86 anos. A abrangente faixa etária das interlocutoras contemplada na pesquisa possibilitou uma complementaridade das visões tanto de mulheres mais novas, quanto das mais experientes. Foram realizadas, concomitantemente às entrevistas, anotações de informações no diário de campo, registro fotográfico para a obtenção de imagens das práticas desenvolvidas nos terreiros. A observação participante, que focou na intensificação das relações e o envolvimento entre pesquisador e os comunitários, também foi desenvolvida (ALENCAR; GOMES, 2021). Nas entrevistas, foram obtidas informações sobre escolaridade, renda, posição do núcleo familiar, principais manejos adotados nos terreiros, os principais manejadores, entre outras. Nas observações que complementam as entrevistas, foi analisada a composição dos terreiros, no que se refere às etnoespécies vegetais e animais.

Já com as informações de campo coletadas, os dados foram sistematizados e organizados por categorias, como: informações sociais, econômicas e culturais. Os conhecimentos relativos à esfera produtiva foram sistematizadas e organizadas em: manejo, cultivo, quantidade de espécies nos terreiros, destino da produção e tamanho das áreas. Após esse processo, os dados foram analisados com o uso da plataforma eletrônica Microsoft Excel, permitindo também a elaboração de gráficos.

## A entrada no campo

O município de Salvaterra possui uma área de 1.039km<sup>2</sup> e está localizado na Microrregião do Arari. Segundo dados oficiais do IBGE (2010), a população residente no município totaliza 20.183 habitantes, sendo, 12.672 na zona urbana e 7.511 na zona rural. Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2006), em extensão territorial,

Salvaterra é um dos municípios de menor tamanho do arquipélago, podendo ter em sua formação histórica, pelo menos, 18 comunidades quilombolas, sendo elas: Caldeirão, Pau Furado, Bairro Alto, Bacabal, Santa Luzia, São Benedito da Ponta, Boa Vista, Cururu Grande, Vila União/Campinas, Paixão, Tartarugueiro, Gurupá, Rosário, Siricari, Providência, Mangueiras, Salvá e Deus Me Ajude. Em 2002, essas comunidades abarcavam 38% da população rural do município (Figura 01).

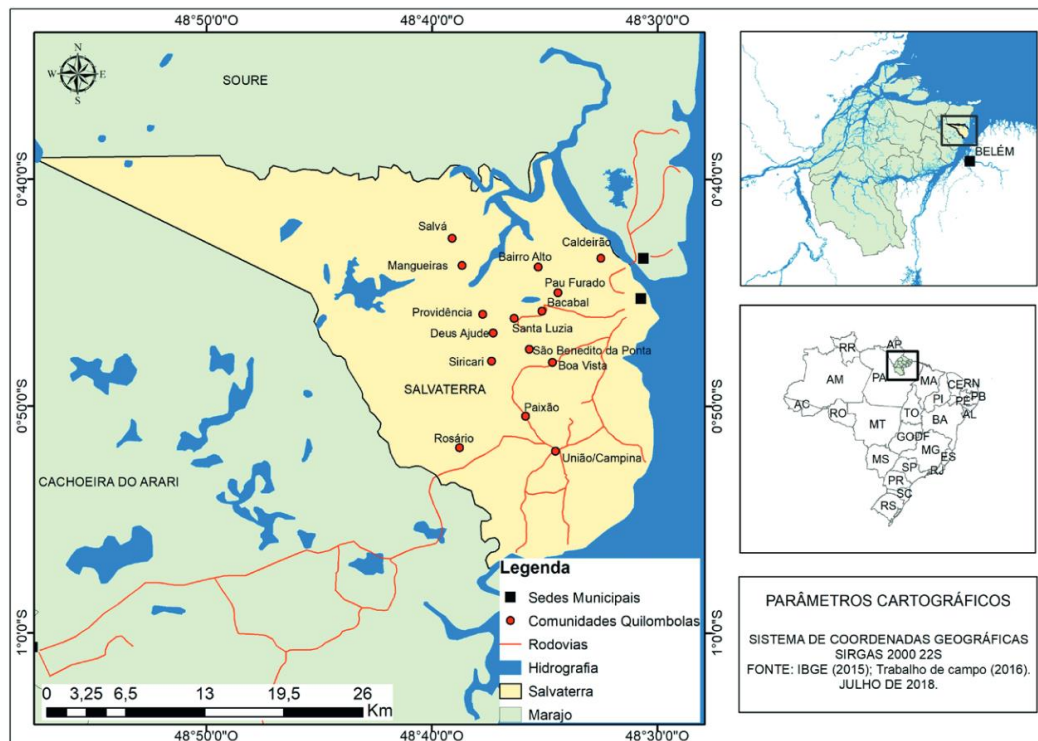


Figura 1 - Localização do município de Salvaterra, com destaque para as comunidades quilombolas.

Fonte: IBGE, 2015; REIS, (2018) apud GOMES, SCHMITZ, BRINGEL, 2018.

A Comunidade Quilombola de Vila União/Campinas, lócus deste trabalho, distante 18 km do centro do município e localiza-se em um espaço eminentemente rural, ainda que às margens da PA 154, uma das principais rodovias para chegar deste lugar à Salvaterra. Dentre as atividades socioeconômicas encontradas ali destacam-se a pesca, o extrativismo do açaí e de outras frutas nativas, bem como o cultivo da mandioca e do abacaxi (BARGAS, 2016).

Segundo a Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombos da Vila União/Campinas (AMARQVUC), estima-se que haja atualmente 200 famílias na comunidade. De acordo com Campos (2019), o início da comunidade se deu com a chegada da família Amador, apontando que o povoamento foi formado pelos antigos “pretos velhos”, e que o

primeiro povoado local foi cortado pela estrada. Com isso, as posses entraram no circuito de vendas, contribuindo para um crescimento populacional acelerado.

Acevedo (2009) descreve que a comunidade se revelou como um “povoado de estrada ou de beira”, em decorrência de sua construção histórica se dar às margens da PA 154. Com essa formação e transformação da paisagem, as dinâmicas de relação com o meio biofísico também sofreram mudanças. Atualmente, as residências encontram-se majoritariamente às margens da rodovia e dividem espaço com igrejas, pequenas vendas de alimentos, roupas, bares e outros. As propriedades são dispostas uma ao lado da outra e o tamanho das áreas onde são cultivados os terreiros socioprodutivos são pequenos, não ultrapassando um hectare. Tais particularidades se colocam como uma justificativa de escolha da comunidade como lócus da pesquisa.

## O quadro teórico: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

A definição de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo o extinto Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é:

Direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2006, p. 38).

Distintas reflexões passaram a ressignificar este conceito, por exemplo, para Maluf, Menezes e Marques (2000), a Segurança Alimentar deve ser compreendida de forma alicerçada a três pilares principais: a qualidade nutricional dos alimentos e a ausência de uso de insumos químicos que venham a prejudicar a saúde humana; o diálogo com os hábitos e a cultura alimentar de cada povo, de cada comunidade e grupo social; e por último a sustentabilidade dos sistemas alimentares, sendo assim, a presença e produção constante de alimentos.

Mesmo após essas ressignificações, em especial pelos movimentos sociais camponeses, como a Via Campesina, o conceito de Segurança Alimentar foi sendo percebido como insuficiente para abarcar a garantia ao alimento, sua forma de produção e tipo de oferta. Ganhou expressividade, então, atrelado à proposta de Segurança Alimentar, o conceito de Soberania

Alimentar. Assim, em 2007, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em Mali, esse conceito foi reafirmado:

A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, p. 53).

Considerando que esses conceitos dialogam com o direito dos povos a decidirem sobre os seus próprios sistemas alimentares, vale destacar que, na realidade do Marajó, em específico em Vila União/Campinas, estes se materializam nos terreiros socioprodutivos. Esses espaços se colocam como estratégia de produção de alimentos e conhecimentos, muito distinto dos monocultivos, como o de abacaxi, que também se encontram no território marajoara.

Nodari e Guerra (2015) descrevem que os monocultivos tendem a reduzir e simplificar as produções e relações socioprodutivas, pois excluem a possibilidade de autonomia sobre o quê e quando produzir e, ainda, geram impactos à saúde, ao meio ambiente como também à Segurança e Soberania Alimentar. No caso específico do abacaxi, Salvaterra se destaca no cenário estadual na produção do fruto, sendo um dos principais produtores do Estado (ADEPARÁ, 2020). Estudos como o de Porto Gonçalves (2004), sobre a crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais, revelam que o monocultivo e o paradigma produtivo envolvem um alto custo ecológico, cultural e político para o mundo todo e se opõem ao conhecimento patrimonial coletivo e comunitário, colocando em risco a Segurança Alimentar.

À luz dessas reflexões, e como poderá ser mais detalhado adiante, torna-se mais evidente que os terreiros, no contexto quilombola de Salvaterra, se materializam também como ferramenta de resiliência da comunidade, que se encontra sob ameaça de fazendeiros que têm se instalado na região. Assim, essas comunidades reafirmam o uso do território e a importância da terra para seu sustento.



## Olhando para os terreiros socioprodutivos da comunidade de Vila União/Campinas

Em sua organização política, a comunidade de Vila União/Campinas conta com uma associação denominada Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombos da Vila União/Campinas - AMARQVUC, com o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola, uma organização formada essencialmente por mulheres quilombolas jovens da comunidade.

Mais precisamente sobre os terreiros socioprodutivos, em Vila União/Campinas, são espaços próximos às residências, cuja característica singular é a presença de plantas ornamentais de vários tipos. O cuidado com que são cultivadas as espécies frutíferas é igualmente aplicado às espécies ornamentais, cuja troca e doação é comumente observada entre as mulheres. Essa troca e doação também ocorrem envolvendo espécies alimentícias e animais de pequeno porte, como galinhas e patos. Foi observado que, quando existe a troca ou doação de determinado ‘fruto’ do terreiro, tal produto é acompanhado de um pequeno roteiro oral de manejo por parte de quem deu ou teve a iniciativa da troca.

Essa prática reforça uma característica sociocultural importante da comunidade, que está relacionada ao respeito à ancestralidade. A forma com que as comunidades se relacionam com o território difere da lógica que tem como ponto principal o lucro (CRUZ; BARBOSA 2018). Segundo uma das mulheres quilombolas entrevistadas:

Meu terreiro é como meu esconderijo, quando estou longe dele, eu adoço[...] aqui a gente se distrai, me ajuda a ocupar o espaço da mente ‘pra’ não ficar triste e só pensando em doença, porque eu sou diabética, né?!  
Aí ficar aqui me faz esquecer, é como uma terapia. (Dona Marcilia dos Santos Corrêa; pesquisa de campo, 2022).

Acevedo (2009) descreve que os aspectos de construção da agricultura e alimentação nas comunidades quilombolas marajoaras estão relacionados diretamente com a relação construída com a natureza, que decorre de práticas passadas de geração em geração, como o uso dos rios, das matas, dos mangues, das roças, entre outros. Tais relações ajudaram a construir as práticas, os saberes e a organização social a partir dos processos de sociabilidade e de múltiplas interações no território.

As ações de defesa e reprodução dos quilombolas de Salvaterra seguem uma lógica diferente dos modelos hegemônicos de produção material. Possuem organizações próprias de

equilíbrio interno, com expectativas recíprocas de comportamento, sistemas produtivos e relações materiais diferentes das lógicas capitalistas de lucro (SOUZA LAGES, CARDOSO E SCHMITZ, 2019). Entretanto, ainda é uma busca incessante de defesa e luta para garantir a permanência dos quilombolas em seus territórios diante da ameaça e invasão por fazendeiros, bem como a urgência por titulação do quilombo de Vila União/Campinas e de outras comunidades de Salvaterra. É importante destacar que, muitas comunidades já são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Porém, ainda aguardam a titulação definitiva pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

## Quintais socioprodutivos e a identidade de terreiros socioprodutivos quilombolas

Para Altieri (2014), os quintais socioprodutivos permitem a combinação de diversos tipos de espécies distribuídas no espaço. A diversificação dos alimentos nos arranjos produtivos é um dos traços primordiais dos quintais em comparação com outros espaços de produção na propriedade rural que, muitas vezes, apresentam uma menor variação de espécies.

Barbosa, Lages e Brandão (2014) afirmam que a emergência desses sistemas socioprodutivos é elemento-chave para a construção de uma lógica reprodutiva socioeconômica, que seja sustentável a longo prazo. Estes sistemas são constituídos de uma agricultura menos agressiva ao ambiente, que promove a inclusão social e a Segurança e Soberania Alimentar local. Possibilitam, ainda, melhores condições socioeconômicas às comunidades, pois primam pela produção diversificada de produtos *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer de todo ano. Ademais, a relação harmônica criada com o espaço de manejo, os quintais, proporciona a muitas dessas pessoas qualidade de vida (DUBOIS et al., 1996).

Para as populações quilombolas amazônicas, esses espaços também oportunizam experimentações de inovações nos diferentes modos de produção, bem como a transmissão de conhecimentos tradicionais para futuras gerações a partir do “saber-fazer”, na constante relação com os ciclos naturais (PACHECO, 1997). Vieira, Rosa e Santos (2007) corroboram essa afirmação mencionando que os quintais são sistemas tradicionais resultantes de um histórico de conhecimentos acumulados que são transmitidos de geração em geração.

Para além dos objetivos produtivos, os terreiros quilombolas são espaços de expressão de identidade, nos quais se estabelecem relações socioculturais, entre os quilombolas e entre

estes e a natureza. A importância sociocultural desses espaços de Vila União/Campinas está intrinsecamente relacionada às redes de reciprocidade entre vizinhos, parentes e amigos nas quais se baseiam sua configuração e perenidade. Para Sabourin (2011) essas redes possibilitam materializar em suas produções a resistência e a superação de problemas que colocam a reprodução desse grupo sob ameaça.

Para algumas famílias da comunidade Vila União/Campinas, como será visto na sequência, os terreiros contribuem significativamente na propagação da biodiversidade, na Segurança e Soberania Alimentar e como forte aliado na construção da autonomia econômica.

## O arranjo de espécies nos terreiros

Nas entrevistas, as mulheres foram questionadas sobre quais espécies vegetais estavam presentes em seus quintais. Para a resposta, eram encorajadas a ordenar as espécies nos seguintes grupos: plantas frutíferas, espécies medicinais e hortaliças/verduras. No que diz respeito à quantidade de espécies identificadas, obtivemos os seguintes resultados: 45 do grupo "espécies frutíferas", 38 da categoria "plantas medicinais", e 17 do grupo "hortaliças e outros".

As espécies frutíferas são cultivadas nos terreiros em uma diversidade consideravelmente maior quando relacionadas com os demais grupos. As espécies são distribuídas pelos espaços dos terreiros, de acordo com o conhecimento prático que as mulheres possuem sobre a necessidade de sol por cada espécie.

As espécies mais encontradas foram o coco (*Cocos nucifera*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), sendo o primeiro encontrado em cerca de 84% dos terreiros visitados e o segundo em 100% dos terreiros. O coco é consumido majoritariamente *in natura* ou no preparo de pratos como o cuscuz e bolos; o cupuaçu é transformado, na maioria das vezes, em suco.

Por existir uma quantidade expressiva de árvores de cupuaçu no terreiro, a produção em alta quantidade de frutos torna impossível o consumo de tudo durante o período da safra. A estratégia utilizada por elas para evitar o desperdício é despolpar o que tem em excesso e congelar para ser consumido em outros períodos do ano, possibilitando também a venda ou doação.

No que diz respeito ao grupo das plantas medicinais, quando questionadas sobre o cultivo destas, as entrevistadas responderam que há poucas espécies em seus terreiros. Porém, quando as conversas se aprofundaram, no decorrer das entrevistas, é revelada uma gama de espécies medicinais presentes nos terreiros (Imagem 01).



Imagem 01 - Espaço de cultivo de espécies medicinais presente no terreiro.

Fonte: Acervo de Campo, 2022. Vila União/Campinas, Salvaterra, Pará.

As espécies medicinais mais mencionadas pelas entrevistadas como relevantes nos terreiros foram o boldo (*Peumus boldus*) e o hortelã (*Coleus amboinicus*).

Durante as entrevistas, os entrevistados citaram que, historicamente, as plantas medicinais eram colhidas nos campos, terreiros e matas sem a necessidade de cultivo, porém, com o aumento da demanda por espaço e a construção de muitas residências, essas espécies tornaram-se mais escassas nas proximidades das casas. Isso as levou a começar a cultivar as espécies que são utilizadas com mais frequência pela família em seus terreiros.

Uma das idosas envolvidas na pesquisa atuou por muitos anos como parteira e ainda é referência no tratamento de doenças. Essa entrevistada sabe exatamente onde encontrar em seu terreiro a planta medicinal necessária para tratamento de saúde. Domina também qual parte e como utilizar a planta, por exemplo, para a retirada de óleos, elaboração de xaropes e de chás.

Eu tenho de tudo um pouco aqui, plantas que dão flores, plantas que dão frutas, plantas ‘pra’ remédios, tenho até plantas de água. (Dona Ana Maria Chaves Amador; pesquisa de campo, 2022).

Foi possível analisar que a ação terapêutica/medicinal não está atrelada somente às medicinais. Existem espécies frutíferas que também contemplam um efeito medicinal, como o caso da folha da goiabeira (*Psidium guajava*), que é associada ao tratamento de dor de barriga.

A associação de espécies frutíferas a tratamentos medicinais também foi identificada na pesquisa de Amorozo (1988), na qual ela investiga o uso de plantas medicinais por comunidades rurais no baixo Amazonas (PA).

Na categoria de hortaliças e outros, foi apontada pelas mulheres como importante para o preparo das refeições, de saladas e para temperar carnes e peixes. Nos terreiros, essa categoria é cultivada em vasos e canteiros cercados, pois, alguns animais, principalmente as galinhas, tendem a destruí-los. As principais espécies dessa categoria mencionadas nas entrevistas foram o cheiro verde (*Petroselinum crispum*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*) e alface (*Lactuca sativa*).

Atualmente existe um incentivo e apoio para a criação de canteiros, que se dá através do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola. O Núcleo reconhece a importância desses cultivos na alimentação e na geração de renda dessas mulheres, por meio da venda dos produtos dos canteiros. Com isso, em alguns terreiros visitados, foram encontrados canteiros produtivos e em outros a perspectiva de iniciar a produção, com o respaldo dessa organização local.

Concernente aos animais criados nos terreiros, foram identificados galinhas, patos e porcos. Todas as criações têm dois destinos, sendo o principal a alimentação da família, e o secundário, a venda. O número de terreiros com a criação de algum desses animais chegou a 10 dentre os visitados. A predominância se dá na criação de galinhas, sendo esta encontrada nesses 10 terreiros. A criação de patos estava presente em 4 terreiros e a criação de porcos, em 3.

Foram encontradas duas formas de criação das galinhas e patos. Uma delas refere-se à criação de animais soltos, com a possibilidade deles se alimentarem ou ‘mariscarem’ (como se referem às entrevistas) insetos e espécies vegetais. A outra forma é a criação intensiva, na qual os animais ficam presos em cercados, recebendo a principal fonte de alimentação vinda do que é comprado pelas mulheres dos núcleos familiares, como milho e ração específica. No caso da criação dos porcos, todos eram criados presos em cercados, e a justificativa para essa forma de criação pelas entrevistadas foi a necessidade de evitar que os animais invadam outros terreiros e comam o cultivo dos vizinhos.

A combinação dessas pequenas criações de animais com cultivo de hortas, espécies frutíferas e medicinais demonstra ser, em síntese, uma iniciativa que demanda o domínio de técnicas e manejos. Tal domínio possibilita produções contínuas durante todo o ano, garantindo uma alimentação diversa (FRANCO, 2021).

Como resposta à questão direcionada às interlocutoras da pesquisa sobre a origem das espécies presentes em seus terreiros, encontrou-se que os arranjos atuais desses terreiros são resultantes de seus interesses, necessidades e relações históricas que seus antepassados estabeleceram com o meio biofísico. Em 40% dos casos, o espaço era originalmente dos pais da entrevistada e foi repassado a esta como herança.

Nesses casos, com a proposta de garantir maior potencialidade à herança, 13 mulheres entrevistadas mencionaram que inserem nesses espaços novas espécies frutíferas e medicinais que não existiam antes. Além destas, 17 mulheres apontaram que receberam através da doação de vizinhos e parentes novos cultivares que complementam as categorias frutíferas e medicinais de seus terreiros.

Com relação ao manejo realizado nos terreiros, as interlocutoras da pesquisa foram incentivadas a mencionar o que utilizavam para fortalecer a terra. Como resposta, foram indicados: terra preta (por 30% dos entrevistados); folhas provenientes das espécies do próprio terreiro (20%); esterco (35%) e ainda, 15% responderam que não utilizam nenhum complemento no solo para seu fortalecimento.

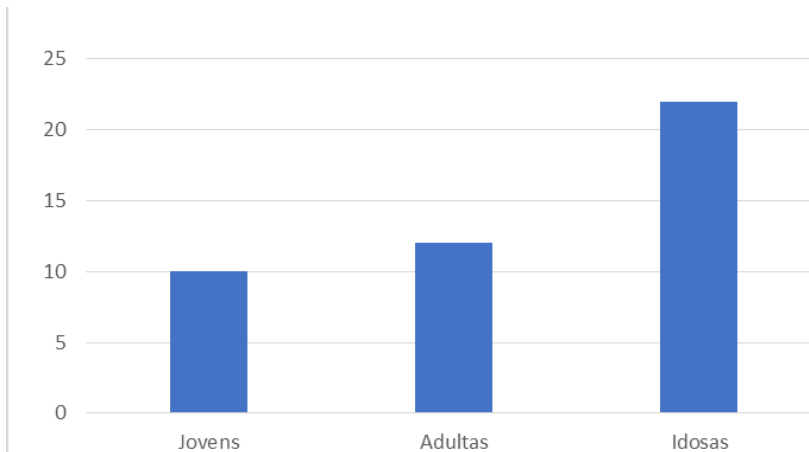
Os estercos de boi e cabra são, em sua grande maioria, comprados de fazendas próximas à comunidade. Já os outros insumos citados, como caroços de açaí, esterco de galinha e terra preta, são do próprio terreiro. Vale ressaltar também que nenhuma das mulheres utiliza em seus manejos insumos químicos como fertilizantes, herbicidas e fungicidas. Com isso, garantem a produção de alimentos sem impacto à saúde humana, água e solo, evitando a perda da biodiversidade.

## **A preponderância do trabalho feminino nos terreiros quilombolas**

Quaresma (2014) descreve que, na região Amazônica, os quintais agroflorestais são importantes espaços produtivos dominados tipicamente por mulheres, ainda que não sejam considerados como lugares de trabalho agrícola, em especial pelos homens. A idade das pessoas participantes da pesquisa encontra correspondência com a realidade do município, onde a maioria da população encontra-se na fase adulta da vida, entre 30 e 59 anos de idade. Na pesquisa, foram 13 as entrevistadas desta faixa etária; 5 as jovens, na faixa dos 15 aos 29 anos de idade; e 2 as idosas, com idade a partir de 60 anos.

Buscou-se relacionar o número de espécies alimentícias encontradas nos terreiros com as faixas etárias das pessoas que mais se dedicam ao cuidado desses espaços. Consideramos

como alimentícias as espécies identificadas nas categorias “frutíferas” e “hortaliças e outros”. A relação encontrada foi a expressa a seguir:



*Figura 2* - Relação entre faixa etária e quantidade de espécies alimentícias presente no terreiro.

Fonte: Dados de campo. Elaborado pelo primeiro autor (2022).

Como é possível verificar no Gráfico, quanto maior a idade da entrevistada, maior é a diversidade de espécies presentes no terreiro. Ainda que as mulheres idosas entrevistadas tenham sido apenas duas, destaca-se o número significativo de espécies encontradas em seus terreiros (Imagem 03).



*Imagem 03* - Dona Ana manejando as espécies medicinais de seu terreiro.

Fonte: Acervo de Campo, 2022. Vila União/Campinas, Salvaterra, Pará.

É possível presumir que junto ao número expressivo de espécies, encontra-se também um acúmulo considerável de saberes e práticas em torno do uso das plantas.

Além disso, percebeu-se em campo que os terreiros das mulheres mais velhas são utilizados também por seus filhos e netos, que vão constituindo família e construindo suas casas no terreiro, próximo às suas mães. Nos terreiros visitados durante a pesquisa, constatou-se que a quantidade de espécies existentes nesses espaços está relacionada ao número de famílias que ocupam o terreiro. Em uma das visitas feitas a um terreiro, a filha da entrevistada relatou:

“[...] eu não planto, mas quando preciso, busco aqui na mamãe [...]”. (Larissa Moreira; pesquisa de campo, 2022).

Esse fato demonstra que os beneficiários dos terreiros vão para além dos moradores que estão na casa dos entrevistados, em especial das mulheres entrevistadas.

A prática de doação é recorrente, principalmente envolvendo espécies frutíferas e hortaliças. Quando se prepara alguma refeição, é comum ver os filhos e netos recorrerem aos terreiros dessas mulheres para “pegar” cheiro verde, cebolinha, couve, chuchu e um pouco da diversidade que o terreiro dessa mãe/avó contém.



*Imagem 03* - Espaço de cultivo de hortaliças e frutíferas presente no terreiro.

Fonte: Acervo de Campo, 2022. Vila União/Campinas, Salvaterra, Pará.



No decorrer dos anos e das gerações, esses espaços vão sendo divididos, novas famílias vão se constituindo e se organizando em torno dos terreiros das matriarcas. Dificilmente se distingue os limites territoriais de cada família que emerge. Nessas delimitações tênues, o terreiro ganha expressividade como um bem familiar nos quais as mães são as "autoridades".

Dentre as 18 interlocutoras da pesquisa, encontrou-se uma variedade no que diz respeito à quantidade de moradores por casa. O número varia entre 2 e 10 pessoas por domicílio. Também foi possível analisar a relação entre a quantidade de pessoas por casa e o número de espécies alimentícias (frutíferas e hortaliças) existentes nos terreiros. Famílias que possuem entre 2 e 4 moradores, contam com a média de 15 espécies alimentícias nos terreiros. Já as famílias maiores, que têm entre 5 e 10 moradores, essa média chega a 18.

As famílias com mais integrantes apresentam terreiros mais diversos em espécies alimentícias. Esse resultado demonstra que, de fato, existe a preocupação das mulheres, que são as principais responsáveis pelos terreiros, em conseguir suprir a demanda alimentar de suas casas. De acordo com Heredia (1979), as mulheres são quase que exclusivamente as cuidadoras diretas do que a família vai consumir.

Quanto ao nível de escolaridade das entrevistadas, foi identificada uma diversidade, havendo pessoas não escolarizadas e com o nível superior completo (Figura 5). A parcela de entrevistadas com o nível superior chega a ser maior que aquela relativa aos que têm o fundamental incompleto.

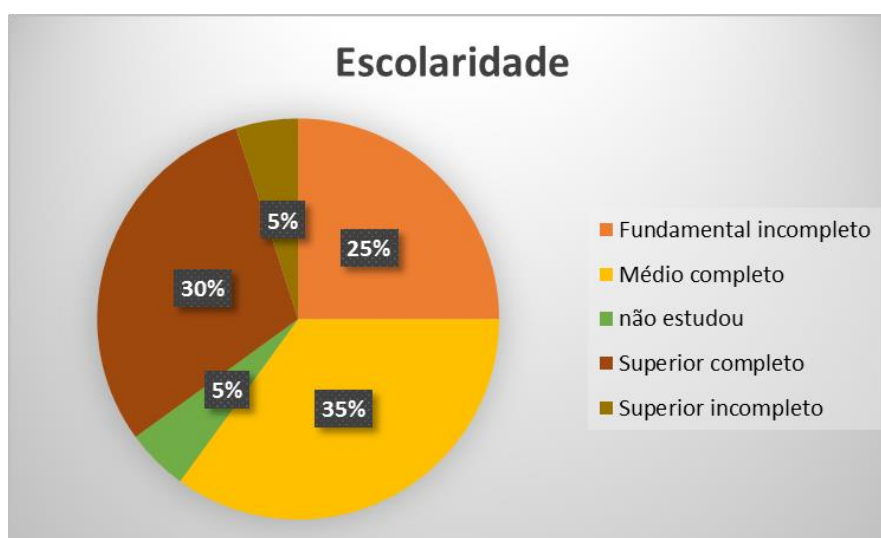


Figura 3 - Nível escolar das entrevistadas. Fonte: Dados de campo. Elaborado pelo primeiro autor (2022).

Ao analisar como se relaciona a escolaridade com a diversidade de espécies dos terreiros, foi possível perceber que, quanto menor o nível escolar, maior é a diversidade de espécies alimentícias presentes nos terreiros. Na figura a seguir, é possível relacionar a média de espécies alimentícias encontradas nos terreiros com a escolaridade.

*Tabela 1* - Relação de escolaridade com média de espécies alimentícias.

Fonte: Dados de campo. Elaborado pelo autor (2022)

Escolaridade	Quantidade de espécies alimentícias no terreiro
Médio Completo	14
Superior completo	14
Fundamental incompleto e não estudou	22,5

A ocupação das mulheres com ensino superior e médio completo comumente é na escola ou no posto de saúde da comunidade, exercendo alguma função que requer formação. As mulheres com menos escolaridade dedicam-se às atividades em seus terreiros e em suas casas.

A renda base das famílias participantes da pesquisa fica entre um e dois salários-mínimos, e as fontes desse recurso variam. Entre as entrevistadas, há aquelas que possuem renda fixa. São funcionárias públicas, têm empregos em empresas privadas e recebem pensão ou aposentadoria. Há também as que possuem renda instável, que são as que trabalham na agricultura, autônomas ou desempregadas.

Entre essas, o grupo que mais uma vez apresentou uma maior quantidade de espécies alimentícias são os que têm renda instável. Essas mulheres têm em seus terreiros uma média de 22 espécies alimentícias. Já as que têm renda fixa, contam com a média de 15 espécies.

## Terreiro, sinônimo de comida, renda e socialização

Nas entrevistas, as interlocutoras também foram incentivadas a descrever o principal destino da produção, animal e vegetal, de seus terreiros. Dentre as 18 entrevistadas, 55%

indicaram que a destinação prioritária dada à produção é o consumo e 45% à alimentação e comercialização. Esses dados corroboram a importância dos terreiros para a alimentação saudável das famílias quilombolas.

As conversas que se estabeleceram no decorrer das entrevistas deixaram claro que os terreiros produtivos da Comunidade Remanescente de Quilombos Vila União/Campinas são espaços de produção de alimentos, sociabilidade, reprodução social, cuidado com a saúde e espaços de vida, como relata uma entrevistada:

"Minha mãe me ensinou que quem planta, quando precisa, tem. A gente precisa plantar pra comer, né?! Tudo que a gente planta aqui, dá [...]". (Deviana Chaves Amador; pesquisa de campo, 2022).

Os resultados expressam que o cuidado com o terreiro está distante da ideia de exploração do espaço, ou o enriquecimento pessoal. Trata-se de um espaço de materialização de ancestralidades, afetividade e cuidado com a alimentação e saúde da família. Serafim (2018) ressalta que o espaço dos terreiros representa uma área de saberes tradicionais, preservação da cultura alimentar e da complexidade expressa no produtivo e reprodutivo. Ao mesmo tempo em que há o cultivo de alimentos, há a sociabilidade.

Além do trabalho desenvolvido na produção dos terreiros, as 18 mulheres entrevistadas estão em contato direto com as cozinhas das casas, lidando com o preparo das refeições. Com isso, há uma retroalimentação entre o que está no terreiro e o que está no prato das famílias quilombolas. Quando existe uma fruta, leguminosa ou hortaliça pronta para consumo, a prioridade é a mesa das casas. Como relatado por uma entrevistada:

"[...] eu tenho de tudo um pouco aqui, plantas que dão flores, plantas que dão frutas e comidas, plantas 'pra' remédios [...]". (Sonia Maria Cantão Reis; pesquisa de campo, 2022).

Para 45% das entrevistadas, além da alimentação, o destino dos 'frutos' dos terreiros é também a comercialização. Os principais formatos de venda para essas entrevistadas são aquelas realizadas às margens da rodovia, como também a venda feita de porta em porta para os vizinhos e conhecidos. Anschau (2020) afirma que a renda proveniente dos terreiros tende a ser a parte mais invisibilizada do trabalho, uma vez que o dinheiro costuma se destinar a gastos recorrentes, como a aquisição de produtos como roupas e calçados, o gás e até a própria

subsídio financeira que esses terreiros necessitam para continuar produtivos. Com base nessas análises, é possível afirmar que os terreiros fazem parte das estratégias de vida do território, e que o valor do que se cultiva ultrapassa o campo monetário.

Um outro aspecto importante a se destacar diz respeito a troca, prática comum entre as mulheres. No decorrer do tempo estabeleceu-se uma rede de apoio e colaboração, onde são feitas trocas de mudas, frutos, plantas medicinais e conhecimentos. Esse fator afeta diretamente a economia local e a segurança alimentar das famílias.

Em comunidades quilombolas próximas à Vila União/Campinas, a configuração dos terreiros se estabelece não somente como alternativa de produção de alimentos, mas também como estratégia de resiliência. Riviera (2017), em seu trabalho sobre práticas alimentares da comunidade quilombola de Barro Alto, demonstrou que o saber ancestral aplicado aos sistemas produtivos e a relação construída com a natureza são geradores de soberania alimentar. O autor revela que, ao produzir uma parte de sua própria alimentação através de alimentos advindos das roças, terreiros agroflorestais, pesca e caça, que são em sua maioria alimentos *in natura*, essa comunidade consegue diminuir o consumo de alimentos processados, ultraprocessados e transgênicos como também decidir sua própria produção a partir de suas práticas alimentares.

A produção desses terreiros de Vila União/Campinas tem sido garantidora de alimentação, além de fortalecer vínculos sociais, inspirar e ser inspirada por experiências de outras comunidades vizinhas, como a de Bairro Alto. Evidencia-se que, engajadas nessas iniciativas, que também se constituem como buscas pela segurança e soberania alimentar, mulheres agricultoras, por muitos anos, têm sido as propagadoras da diversidade alimentar, farmacológica, cultural e econômica, mesmo que na maioria das vezes os seus trabalhos de enfrentamento à fome sejam invisibilizados pela sociedade.

## Considerações finais

Em Vila União/Campinas, os terreiros agroflorestais expressam uma contribuição na garantia de segurança alimentar e nutricional. Através das entrevistas realizadas, pode-se analisar que, por meio dos terreiros socioprodutivos, as famílias conseguem obter alimentos livres de agrotóxicos e ricos em fontes de vitaminas, sais minerais, fibras, bem como o consumo de outros nutrientes. Além de ser um espaço com predominância feminina, sendo as mulheres as tomadoras de decisão sobre aspectos de manejo e destinação dos produtos.

Para as mulheres e suas famílias, os terreiros ultrapassam as relações produtivas. São fundamentais nos cuidados com a saúde, tratando enfermidades e reafirmando a relação das plantas com a cultura, sendo espaços de troca de saberes, experimentação de práticas agrícolas e reafirmando estruturas sociais entre vizinhos e parentes.

A partir da identificação e análise dos perfis socioeconômicos daquelas mulheres que mais desenvolvem atividades socioprodutivas nos terreiros, conclui-se que os terreiros socioprodutivos são uma oportunidade de garantir uma alimentação saudável, principalmente para aquelas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo que garantir a alimentação com pouco dinheiro, pouca escolarização e para muitas pessoas. As produções identificadas na pesquisa também são utilizadas como complementação das rendas, dando a possibilidade de autonomia e independência financeira às mulheres.

É possível perceber que as inter-relações entre o espaço do terreiro socioprodutivo e a mulher quilombola estão intimamente ligadas à reprodução social de suas famílias e da própria comunidade, sendo encontradas como alternativas a desafios e adversidades sociais e políticas. Como exemplo, a ausência de políticas públicas que garantam o direito básico à alimentação.

As frutas e os remédios são as espécies vegetais mais presentes nos terreiros socioprodutivos investigados, assim como as galinhas são os animais preferencialmente criados. Ambos proporcionam utilização direta na renda e alimentação das famílias.

A presente pesquisa abre uma janela de oportunidades para futuras investigações científicas, tendo em vista que esse é o primeiro trabalho realizado sobre os terreiros na comunidade de Vila União/Campinas. Além disso, se configura como investigação inicial sobre as relações socioeconômicas das mulheres que mais dependem dos produtos que têm origem nos terreiros.

## Referências

ACEVEDO MARIN, R. E. (2009). Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. *Diversidade do campesinato: Expressões e categorias*.

ALENCAR, E., & Gomes, M. A. O. (2001). Ecoturismo e planejamento social. *Lavras: UFLA/FAEPE, 103*.

ALTIERI, M. (2014) Agroecologia: bases científicas para uma agricultura. *ESTRATÉGIAS DE MANEJO E EXPERIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA EM QUINTAIS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO, VISCONDE DO RIO BRANCO-MG, 5(1), 106*.

ANGROSINO, M. (2009). *Etnografia e observação participante: coleção pesquisa qualitativa*. Bookman Editora.

ANSCHAU, A. (2020). Flores da terra: mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico.

BARBOSA, L. C. B. G., Lages, A. M. G., & Brandão, T. F. B. (2014). Estratégia de reprodução socioeconômica a partir do sistema sócio produtivo agroecológico. *Revista de Ciências Humanas*, 01-105.

BARGAS, J. D. K. R. (2018). Quilombolas do Pará e Mídias digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Amostragem bola de neve: Problemas e técnicas de amostragem de referência em cadeia. *Métodos sociológicos e pesquisa*, v. 10, n. 2, pág. 141-163, 1981.

CAMPOS, L. R. (2019). Uma cartografia escolar do lugar e da identidade territorial quilombola em Salvaterra-PA.

CRUZ, W. C., & BARBOSA, M. J. S. (2013). Desenvolvimento territorial rural na Amazônia: análise do Marajó. *VI Jornada internacional de políticas públicas*.

DE SOUZA LAGES, L. T., CARDOSO, L. F., & Schmitz, H. (2019). Redes de movimentos sociais em comunidade quilombola de Salvaterra, Marajó, Pará. *Estudos*

*Sociedade e Agricultura*, 27(2), 328-351. DO PARÁ, G. D. E., & FEDERAL, G. (2007). Plano de desenvolvimento territorial sustentável do Arquipélago do Marajó. *Grupo Executivo do Estado do Pará. Decreto de*, 30.

FRANCO, V. F. (2021). Organização e trabalho do grupo de mulheres quilombolas “As Perobas”, na produção de alimentos e na conservação da natureza, no quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, na Barra do Turvo, São Paulo.

GALLUZZI, G., EYZAGUIRRE, P., & NEGRI, V. (2010). Home gardens: neglected hotspots of agro-biodiversity and cultural diversity. *Biodiversity and conservation*, 19(13), 3635-3654.

GARCIA, E. T., TAVARES-MARTINS, A. C., & FAGUNDES, D. (2014). Diversidade florística de briófitas da reserva ecológica do Bacurizal, Salvaterra, Ilha de Marajó, Pará, Brasil. *Enciclopédia Biosfera*, 10(19).

GONÇALVES, A. C. O., CORNETTA, A., ALVES, F., ROCHA, J. C. S., BARBOSA, L. J. G., & OLIVEIRA, M. A. M. (2015). Observatório da função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia: relatório territorial do Marajó.

GONÇALVES, C. W. P. (2004). Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 1(1), 1.

HEREDIA, B. M. A. D. (1979). A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. *Rio de Janeiro: Paz e terra*, 7, 164.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Indicadores Sociais Municipais – ISM 2010. IBGE, 33, 1-8.

MALUF, R. S., MENEZES, F., & MARQUES, S. B. (2000). Caderno segurança alimentar. *Paris: Fhp*. NODARI, R. O., & GUERRA, M. P.

(2015). A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. *Estudos avançados*, 29, 183-207.

*Nova Cartografia Social Da Amazônia Ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia*. (n.d.). Retrieved November 21, 2022, from <http://novacartografiasocial.com.br/>

PACHECO, M. E. L., JALIL, L., CARDOSO, E. M., RODRIGUES, V. S., SOUSA, A. C., LEITE, E. D. S., ... & OLIVEIRA, C. (2009). Mulheres construindo a agroecologia.

*Polo Marajó SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO*. (n.d.). [www.setur.pa.gov.br](http://www.setur.pa.gov.br). Retrieved November 21, 2022, from <http://www.setur.pa.br/polo-marajó>

QUARESMA, A. P. (2014). " Galo não canta nesse terreiro": mulheres e quintais agroflorestais no contexto da agricultura familiar amazônica.

RIVERA, R. D. (2017). Trajetórias das práticas alimentares na comunidade Quilombola de Bairro Alto, Ilha do Marajó, Salvaterra-Pará.

SABOURIN, E. (2011). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*.

SERAFIM, L. A. R. (2018). Quintais quilombolas e a soberania alimentar: espaços produtivos familiares no contexto da expansão urbana do Rio de Janeiro.

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2006). Decreto de Lei nº 11.346, 15 de Setembro de 2006: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)

VIANA, M., DUBOIS, J. C. L., & ANDERSON, A. B. (1996). Manual agroflorestal para a Amazônia. *Rio de Janeiro: REBRAF*. VIEIRA, T. A., ROSA, L. D. S., & DE

LS SANTOS, M. M. (2013). Condições socioeconômicas para o manejo de quintais agroflorestais em Bonito, Pará. *Revista Brasileira de Ciências Agrárias*, 8(3), 458-463.

VINUTO, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.

ZUKIN, S. (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 80-103.